



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



PANORAMA DE ATUAÇÃO DA COREPAM DA PRU4 NA DEFESA DO PATRIMÔNIO E MEIO AMBIENTE EM ÁREA COSTEIRA

Atuação voltada para os resultados

- Atuação estratégica e coordenada com outros entes federais (INCRA, IBAMA, IPHAN, ICM-Bio), Estados e Municípios;
- Diálogo entre as áreas técnicas (AGU, IBAMA, ICM-Bio, SPU)
- Atuação institucional junto ao Judiciário, MPF



Reunião inspeção PARNA Lagoa do Peixe

Atuação “in loco”

Vistorias nas áreas litigiosas, contato com órgãos locais, participação em inspeções judiciais



Exemplos de atuação judicial da COREPAM na defesa da área de praia e costeira

- **Ocupação sobre a faixa de dunas (Praia do Quintão-RS)**

(reintegração de posse movida pela União nº 2005.71.00.045823-7, encerrada por acordo fav. com o Município, imagens Google Earth)

2012



2021



- **Ocupação em APP e faixa de praia – Ilha das Peças (Guaraqueçaba – PR, Parque Nacional de Superagui)**

Caso em que a União atua como assistente litis. do MPF, ACP 50472668920234047000, em fase de instrução.



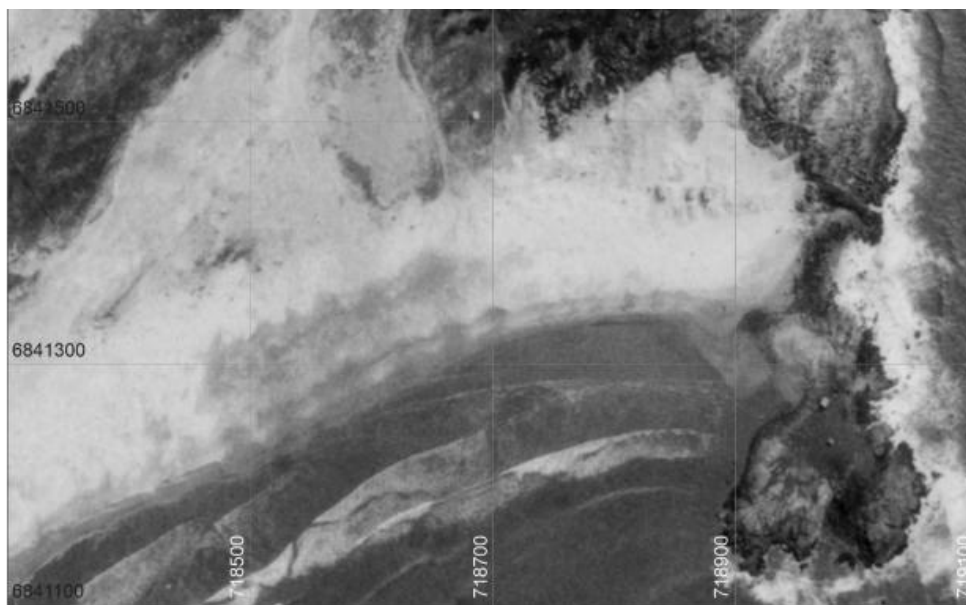
Caso na Praia Mole – importância da prova pericial

No caso em tela esses impactos e riscos potenciais puderam ser comprovados depois de uma forte ressaca que atingiu nossa região no ano de 2017 (Figura 32), na qual é possível observar na figura 16 que as antigas estruturas do Bar Moenda, dispostas sobre dunas frontais, foram completamente destruídas, e naquela área que outrora ocorria vegetação e que foi substituída pelas edificações, hoje é representada por faixa de praia.



Caso Ypuã/Laguna – ocupação de APP, duna e praia

- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF – n.5002751392019404716.



N

1978



N

2023

Caso Ypuã/Laguna – ocupação de APP, duna e praia



Caso Pracinha dos Ingleses - ACP n. 5004174-82.2019.4.04.7200

ANTES



DEPOIS



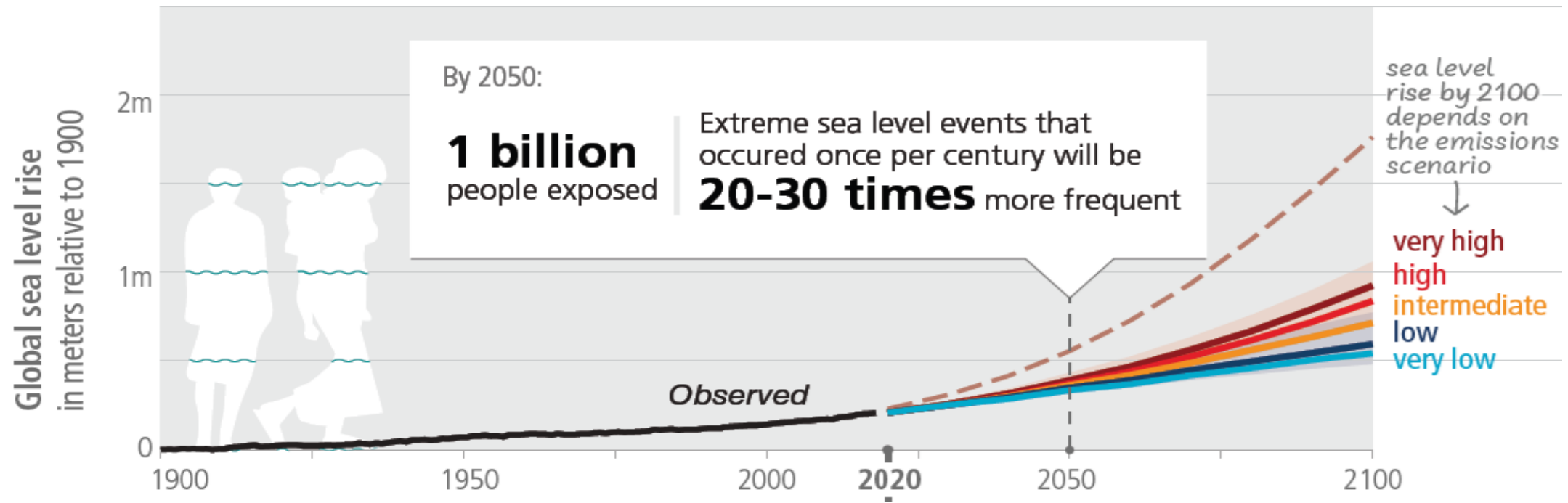
A Mudança climática como parte da causa de pedir

- Impactos das construções irregulares em praias, dunas e restingas
- Atuação que deve ir além da discussão dos impactos pontuais causados por ocupações irregulares, como ocupação indevida de bens públicos e APPs
- Análise dos impactos que as ocupações irregulares causam ao conjunto sistêmico da praia
- Danos em cadeia e o dever de prevenção e precaução

Consequências Potenciais da ocupação irregular da área de praia

- a) Erosão costeira
- b) **redução** na largura da praia e até o desaparecimento da zona de pós-praia;
- c) **perda e desequilíbrio** de habitats naturais,
- d) aumento na **frequência e magnitude de inundações costeiras**, causadas por ressacas ou eventos de marés meteorológicas muito elevados;
- e) aumento da **intrusão salina no aquífero costeiro** e nas drenagens superficiais da planície costeira;
- f) **perda de propriedades** e bens públicos e privados ao longo da linha de costa
- g) **perda do valor imobiliário** de habitações costeiras;
- h) **perda do valor paisagístico** da praia e/ou da região costeira, com o comprometimento do potencial turístico;
- i) **prejuízos** nas atividades sócio-econômicas;
- j) **gastos astronômicos** com a recuperação de praias e reconstrução da orla marítima (incluindo propriedades públicas e privadas, equipamentos urbanos diversos e estruturas de apoio náutico, de lazer e de saneamento).

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)-2023



Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)- 2023

- Estimativa (alta confiança) de que eventos que ocorreriam uma vez por século passem a ocorrer ao menos anualmente em 2100, e, posteriormente, ainda mais intensamente.
- Aumento do nível do oceano + intensificação de eventos climáticos = ciclones, enchentes secas, ressacas, com maior frequência e gravidade

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PILOTO AJUIZADA PELA COREPAM DA PRU4

- processo 50584588220244047000, em fase de instrução.



Fundamentos invocados na ACP Piloto:

- Praia como patrimônio Público – apropriação
- Área de Preservação Permanente – Degradação Ambiental
- Comprometimento dos sistemas naturais de prevenção à erosão costeira – dunas e restin
- Mudança climática
- Dever de precaução



Desafios para a atuação

- Adoção de argumentos pragmáticos não fundados em opiniões técnicas. Estabelecimento de metas factíveis e concretas
- Desconsideração dos EFEITOS FUTUROS das situações irregulares
- Negligência dos CUSTOS FUTUROS da omissão em ordenar a ocupação costeira – privatização dos benefícios e socialização dos custos
- Ideia errônea de que todas as situações consolidadas não podem ser modificadas

